

HISTÓRIA, TRABALHO E EDUCAÇÃO: COLÉGIO ESTADUAL “DOM ALBERTO GONÇALVES”

HISTORY, WORK AND EDUCATION: STATE COLLEGE “DOM ALBERTO GONÇALVES”

Clarissa Borba Prieto¹
Maria Isabel Moura Nascimento²

RESUMO

O presente trabalho se integra ao Grupo de Estudos e Pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil”, o HISTEDBR, e ao Projeto de Pesquisa do referido grupo, “Levantamento e Catalogação das Fontes Primárias e Secundárias da Educação Brasileira”, e objetiva analisar a relação entre Trabalho e Educação na constituição do Colégio Estadual “Dom Alberto Gonçalves”, localizado no município de Palmeira – PR. Para tal, realizou-se, inicialmente, o levantamento, a catalogação e digitalização das fontes primárias e secundárias encontradas no museu da cidade, na escola em questão e no Instituto Histórico e Geográfico da localidade. Em seguida, as fontes foram consideradas relacionando-se as peculiaridades do município de Palmeira com o contexto social e econômico do país sob a ótica analítica das categorias Trabalho e Educação. Dessa forma, baseando-se na perspectiva histórico-materialista, conclui-se que a Educação na região foi construída na lógica capitalista, visando a atender às necessidades econômicas de desenvolvimento local.

Palavras-chave: Trabalho e educação. Ensino profissionalizante. História da educação.

ABSTRACT

This work is part of the Study and Research Group “History, Society and Education in Brazil” and of the Research Project of the Group “Inventory and Cataloguing of Primary and Secondary Sources of Brazilian Education”. The study aims to analyze the relationship between work and education in the creation of Dom Alberto Gonçalves Public School, located in Palmeira - PR. To this end, an initial survey, cataloguing and digitization of primary and secondary sources found in the city museum, in the school studied and in the Institute of History and Geography of the town took place. The sources were considered pertinent to the peculiarities of Palmeira, with the social and economic context of the country from the analytical

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. E-mail: cissaprieto@gmail.com

² Professora da Pós-Graduação da UEPG e coordenadora do grupo de pesquisa HISTEDBR Campos Gerais. E-mail: misabel @lexxa.com.br

viewpoint of the categories work and education. Based on a historical-materialist perspective, it was concluded that education in the region developed according to the logic of capitalism to meet the economic needs of local development.

Keywords: Work and education. Vocational education. History of education.

Trabalho e Educação: conceituando e contextualizando a questão

Esta pesquisa investigou a formação da Escola Dom Alberto Gonçalves, que se localiza no município de Palmeira – PR, na região dos Campos Gerais paranaenses. Partindo de uma perspectiva histórico-materialista, procuramos analisar o material encontrado (fontes primárias e secundárias) sobre a instituição pesquisada, sob a ótica analítica das categorias trabalho e educação, buscando compreender de que maneira o movimento da história e da economia contribuiu para a formação/constituição da referida instituição, que durante a década de cinquenta passou a ofertar o ensino profissional.

Nesse contexto, cabe refletir, mesmo que parcialmente, acerca das categorias trabalho e educação dentro da perspectiva metodológica adotada nesta pesquisa. Sendo assim,

Fundamento do humano, o trabalho é, ao longo da história, aspecto constitutivo dos indivíduos. Esteve presente na origem e manifesta-se ainda hoje e sempre. Não é algo de que o homem pode apartar-se, livrar-se, justamente porque qualquer separação do trabalho é separação com sua própria humanidade, e por consequência com o seu ‘ser social’. (PAULA, 2007, p. 36).

Percebemos que a história dos indivíduos é a história de como eles se organizaram, de que mecanismos se valeram para atuar sobre a natureza, realizando um trabalho em sua realidade e garantindo, assim, o prolongamento da sua geração e das vindouras. Para que os indivíduos existam, eles precisam suprir suas necessidades de subsistência. E a atividade de suprir-se se efetiva no trabalho. Ao longo da história, os homens trabalharam a natureza com diferentes ferramentas, organizaram-se socialmente de maneiras distintas, para objetivar o propósito de garantir a sua existência material.

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e de toda a história, é que os homens devem

estar em condições de viver para poder fazer história. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam que haja satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato esse é um ato histórico, uma exigência fundamental de toda a história, que tanto hoje como a milênios deve ser cumprido cotidianamente, a toda hora, para manter os homens com vida. (MARX; ENGELS, 2005, p. 53).

Logo, para Marx, o movimento da história está profundamente imbricado na (re)produção material da vida. Os homens se organizaram coletivamente para garantir a sobrevivência individual e, também, da espécie. No entanto,

[...] a consciência da necessidade de estabelecer relações com os indivíduos que o cercam é o início, para o homem, da tomada de consciência de que vive em sociedade [...] Essa consciência gregária ou tribal desenvolve-se, aperfeiçoa-se posteriormente em razão do crescimento da produção, do aumento das necessidades e do aumento populacional, constituindo este último a base dos dois primeiros. E desse modo se desenvolve a divisão do trabalho [...] que se desenvolve por si própria “naturalmente”, em virtude de disposições naturais (força física por exemplo), necessidades, acaso, etc. A divisão do trabalho só vai efetivamente se tornar divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e espiritual. (PAULA, 2007, p. 57).

Desse modo, percebemos que tão logo começou a separação entre as atividades do homem social – que, inicialmente, se deu por razões físicas e de aptidão –, essa organização do trabalho foi evoluindo até chegar à divisão entre aqueles que sabem (trabalho espiritual) e aqueles que fazem (trabalho material). Contudo, essa separação ampliou-se ao antagonismo, quando as forças produtivas tornaram-se privadas. As posses restritas dos meios de produção fomentaram tanto a divisão social do trabalho como a desigualdade e oposições entre classes. Com o desenvolvimento da sociedade capitalista e a evolução das forças produ-

tivas, o trabalho sofreu alterações. Perdeu a premissa totalizadora, que permitia ao trabalhador possuir os mecanismos para exercer sua atividade em todas as etapas e deter, ao final do processo, o produto final. Ao trabalhador, na sociedade capitalista, a posse dos meios de produção de seu mister foi suprimida, bem como a ação totalizadora da produção e a posse do produto final. O que restou foi tão somente a possibilidade de vender sua força de trabalho e realizar um trabalho parcelado, desconexado do todo.

[...] no modo de produção capitalista, o trabalho se caracterizará pela perda do poder criador do homem de atuar sobre a natureza, para assumir uma existência à parte de sua vontade e de seu planejamento. A separação do trabalhador dos meios e técnicas de produção e dos resultados de seu trabalho torna-o alienado, constituindo-se num ser estranho ao próprio mundo e às coisas que produz. Além disso, a divisão social do trabalho no capitalismo estabelece o lugar dos indivíduos na sociedade, colocando-os em classes sociais opostas: a classe dos proprietários dos meios de produção e a classe dos que possuem apenas a sua força de trabalho para vender no mercado de trabalho. (NASCIMENTO, 2009, p. 4).

Nesse sentido, é preciso situar que a educação se entrelaça ao próprio processo de produção da vida material humana. Desde os primórdios da manufatura, ou até mesmo nas corporações de ofício, o que temos são mecanismos de perpetuar a vida humana por meio da produção dos elementos indispensáveis à continuação desta. Tais mecanismos asseguram o prolongamento do conhecimento do *como fazer* por meio do ensino, às gerações seguintes, de um ofício específico, de forma prática e contundente. No entanto, com o advento da sociedade capitalista e a complexificação das relações sociais em consequência do aperfeiçoamento dos meios de produção e da apropriação da riqueza produzida por uma parcela da população, temos um panorama de produção da vida material que não possibilita mais o ensino na prática efetiva. Isso acontece porque o trabalhador, nesse sistema, apenas realiza uma parcela do trabalho total da produção de um determinado produto e desconhece, por isso, os rudimentos necessários à transmissão da forma de *como fazer* em sua totalidade. Assim, surge a escola, como uma alternativa barata de assegurar o mínimo de conhecimento, em precárias condições, a uma reduzidíssima parcela da população, de modo a assegurar a produção capitalista e espúria da sociedade

atual, na qual muitos sucumbem para o empanzamento de alguns.

Este conceito de educação, como uma função espontânea da sociedade, mediante a qual as novas gerações se assemelhavam às mais velhas, era adequado para a comunidade primitiva, mas deixou de sê-lo à medida que esta foi lentamente se transformando numa sociedade dividida em classes. O aparecimento das classes sociais teve, provavelmente, uma dupla origem: o escasso rendimento do trabalho humano e a substituição da propriedade comum pela propriedade privada. (PONCE, 2007, p. 22).

Percebemos o movimento que condiciona e articula a educação à produção da vida material, ao trabalho. O que antes era feito com base no espontaneísmo passa a ser, na sociedade capitalista, fruto intencional da necessidade de assegurar a propriedade privada dos meios de produção para uma parcela reduzida da população. Assim, torna-se pertinente debruçarmo-nos sob a premissa de que o trabalho, quando submetido às necessidades de subsistência por meio da *venda* da força do trabalhador ao detentor dos meios de produção (pois a este, alternativa não resta, já que foi expropriado dos mecanismos laboriosos de perpetuar sua existência de forma totalizadora), torna-se negativo: é fruto das desigualdades da sociedade regida pelo lucro.

Na divisão social do trabalho, que impera na indústria, o processo de dissociação entre o produtor e a propriedade privada dos meios de produção alcança os seus maiores desenvolvimentos. Esse é o contexto em que o operário se transforma em operário parcial, em peça adjetiva da máquina. Devido à fragmentação do processo, no desenvolvimento da divisão social do trabalho, o operário é levado a utilizar apenas uma parte das suas faculdades criativas. Toda a sua energia tende a esgotar-se na sucção de trabalho vivo pelo trabalho morto, isto é, na cristalização de trabalho vivo segundo as determinações do capital. Muitas vezes, pois, a divisão social do trabalho traz consigo distorções no desenvolvimento e na expressividade física e espiritual do operário. Nesses sentidos é que a máquina aparece metaforicamente digerindo o operário. Esse grau de alienação, que passa pela divisão social do trabalho na fábrica, em cada setor econômico e na sociedade, é uma determinação da produção de mais-valia relativa. (IANNI, 1982, p. 16).

Assim, não é inerente ao trabalho, a negatividade. Ele se torna negativo quando, suprimido do caráter totalizador, no qual o trabalhador dispunha dos meios, do conhecimento e do produto de seu trabalho, transforma-se em parcela da máquina e é digerido pela lógica excludente e alienante desse processo.

Cabe, então, verificar se a escola moderna que é cunhada no ápice desse processo e da sociedade industrial e segregacionista esteve e/ou estará a serviço da promoção do futuro trabalhador dócil e útil, embora alienado, ou da produção de um cidadão crítico e revolucionário. Torna-se preponderante, todavia, refletir sobre o conceito de Educação.

[...] no sentido verdadeiramente amplo do termo educação, trata-se de uma questão de “internalização” pelos indivíduos [...] da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente suas expectativas “adequadas” e as formas de condutas “certas” [...] Enquanto a internalização conseguir, assegurando os parâmetros reprodutores gerais do sistema do capital, a brutalidade e a violência podem ser relegadas a um segundo plano [...] posto que são medidas dispendiosas de imposição de valores. (MÉSZÁROS, 2008, p. 44).

Ora, será que uma escola imersa e produzida numa sociedade que mascara as suas reais intenções para assegurar a perpetuação dos privilégios de alguns, pode contribuir para a formação do cidadão revolucionário? Dentro dessa estrutura de organização social, não pode. Em verdade, a escola é chamada para internalizar valores que impeçam o confronto entre as classes antagônicas. E só não fará isso quando romper revolucionariamente com essa lógica. Reformar não basta.

O que precisa ser confrontado e alterado fundamentalmente é todo o sistema de internalização, com todas as suas dimensões, visíveis e ocultas. Romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização misticadora por uma alternativa concreta abrangente. (MÉSZÁROS, 2008, p. 46-47).

É perceptível que a Educação, que inicialmente surgiu para adestrar os trabalhadores no mínimo, foi evoluindo: com o avanço e complexificação das forças produtivas, evidenciou-se a necessidade de uma educação que especializasse o trabalhador para operar os modernos instrumentos de produção. A Educação

profissional despontou, portanto, como uma medida que, assim como outrora, atende à premissa do capital de suprir suas necessidades de mão-de-obra, agora, um pouco mais capacitada. Mas, não nos enganemos. O que temos, antes de ser uma educação totalizadora, é um atendimento das prerrogativas mínimas de formação para mercado do capital.

A formação técnico-profissional não surge do nada, não é obra do acaso e tampouco pode ser compreendida isoladamente. Isto porque a formação técnico-profissional surge e se desenvolve pari passu com as exigências concretas postas pelo desenvolvimento histórico-social e, nesse sentido, surge como uma tentativa de dar respostas a problemas específicos colocados pela sociedade. (FRANCO; SAUERBRONN, 1984, p. 11).

Desse modo, é preciso situar que a criação de instituições voltadas para a promoção da educação profissional não foi fruto do acaso, consequência inevitável, ou ação benemérita das autoridades governamentais. Ocorreu para fomentar o desenvolvimento econômico de uma nação/região, visando à preparação do trabalhador para o uso das novas tecnologias que adentraram no modo de produção da vida humana. E, nesse sentido, buscamos analisar as razões e circunstâncias da implantação do Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves, na localidade de Palmeira – PR, que visou, inicialmente, a ofertar aos alunos a formação ginásial e, posteriormente, a educação profissional.

O Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves

Os desdobramentos acima discorridos acerca da relação entre trabalho e educação, embora tratados de forma geral, expressam com validade notável o que se verificou historicamente na região dos Campos Gerais paranaenses – e, como tal, em Palmeira – no que tange à instituição da Educação Profissional.

A história regional contém singularidades e particularidades que são específicas do objeto de pesquisa, mas sua compreensão ampla só se dará mediante o movimento de aproximação e articulação com a organização social mais ampla, isto é, procurando compreender o movimento real na região objeto de estudo, com as relações contraditórias que mantêm com o contexto nacional, bem como nas suas relações com os países centrais. (NASCIMENTO, 2008, p.11).

A região dos Campos Gerais precisava, na época de criação do Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves, desenvolver-se economicamente. No entanto, tal desenvolvimento prescindia de um pequeno avanço em termos educacionais. O caráter extremamente rural da região, que devia sua economia à produção de erva-mate e a atividades agropecuárias e agropastoris, necessitava, para o incremento e desenvolvimento local, de atividades um pouco mais complexas e ligadas à indústria e ao comércio. Para efetivar tal avanço, era necessário preparar o trabalhador. Era necessário criar uma escola que ofertasse o ensino ginásial para a região.

Na localidade de Palmeira não existia, até a criação da referida instituição, ensino ginásial. Os que quisessem cursar o ginásio deveriam dirigir-se a outras cidades, o que restringia o número de formados nessa modalidade de ensino. Objetivando o desenvolvimento local, por meio da formação de trabalhadores mais calcados e mais refinados para o trabalho não agrícola, o prefeito local da época, Júlio André Gummy, – em conjunto com João Chede, deputado estadual; Marcos Baptista Malluceli, empresário; e Árimo Regattiere, cirurgião dentista – conseguiu autorização da Prefeitura para a edificação do Ginásio Municipal de Palmeira em frente à Rua Coronel Joaquim Monteiro. Tal fato nos mostra a necessidade da elite local de elevar o ensino para viabilizar o crescimento econômico na região, por meio da difusão e internalização de certas verdades e ínfimos conceitos.

No entanto, pelo Decreto-lei nº 71, de 21 de dezembro de 1949, efetivou-se a estadualização do Ginásio de Palmeira. O Governo do Paraná assumiu, assim, a prerrogativa de ofertar o ensino secundário na região; e, para homenagear um palmeirense, alterou o nome da referida instituição para Ginásio Estadual Dom Alberto Gonçalves.

Cabe, porém, esclarecer que a simples criação do ensino secundário não foi suficiente para formar os trabalhadores locais, de modo a atender às necessidades de industrialização e de incremento econômico. Foi, portanto, criada, em uma sala do Ginásio, a Escola Normal Secundária, para formação de professores em condições de adestrar moralmente o povo da região. E, no ano de 1959, também no Ginásio de Palmeira, foi criada a Escola Técnica de Comércio Estadual de Palmeira.

Nessa época, Palmeira estava, da mesma forma que o restante do Brasil, sob o sopé da modernização e industrialização posta por Vargas. Um contexto de transformações econômicas estendeu-se por outros setores da sociedade – entre eles, a educação – colocando a necessidade de algumas transformações, dentre as quais se destacava a expansão do ensino profissional.

Vargas assume o poder em 1930, implantando em 1937 o Estado Novo, com características autoritárias. Alcança o poder com o apoio de certos grupos militares (tenentes) e com o apoio da burguesia industrial emergente. Tanto a burguesia industrial quanto a oligarquia rural e a burguesia financeira foram beneficiadas pela política econômica de Vargas [...] nesta época toma vulto a industrialização, trazendo em seu bojo o aumento do proletariado urbano e a expansão das camadas médias, em virtude do crescimento do setor terciário da economia. (FRANCO; SAUERBRONN, 1984, p. 81).

Assim, para atender a essa nova realidade urbana e industrial, o ensino profissional despontou como uma alternativa barata para capacitar os trabalhadores no que se considerava o mínimo necessário para o exercício de suas funções. E a localidade de Palmeira também buscou integrar-se a esse contexto de mudanças. Por meio dessas escolas técnicas, as autoridades palmeirenses objetivavam criar condições para que a cidade crescesse em termos econômicos para além das atividades agropastoris. Entretanto, é pertinente ressaltar que o Ginásio Estadual Dom Alberto Gonçalves atendeu a apenas uma parcela reduzida da população. Não podemos esperar que sua capacidade restrita de matrícula conseguisse dar conta de ofertar igualdade de acesso a todos os palmeirenses: uma grande parcela da população ficou excluída da formação profissional.

Essa busca regional de oferta do ensino técnico refletiu um contexto nacional no qual tal modalidade de ensino estava em voga:

[...] com a expansão do aparato produtivo, principalmente após o Estado Novo, o ensino técnico profissional se configura e tem sua primeira grande expansão [...] é um momento em que ocorrem mudanças significativas na estrutura social brasileira, o que pode ser constatado no grande surto industrial, na urbanização, na expansão do setor terciário, no aparecimento de um grande contingente de trabalhadores, no crescimento das classes médias, etc. O Estado brasileiro sofre transformações no sentido de se adequar a essa nova realidade econômico-social

que se configura sob a hegemonia da burguesia industrial. (FRANCO; SAUERBRONN, 1984, p. 93).

O que se verificava em Palmeira – PR estava articulado ao que ocorria nos Campos Gerais paranaenses e encontrava ressonância no que se dava no restante do Brasil: incremento econômico por meio do desenvolvimento industrial, do crescimento urbano, da especificação do trabalho. Tal realidade econômica se transfigurava para a educação, criando uma necessidade crescente de formar os trabalhadores tecnicamente, para que eles soubessem manejar as novas máquinas. Então, a escola aparece aqui para além do ensino de ler e de escrever, para além da alfabetização, e se configura como um mecanismo de atender às mudanças ocorridas na divisão social do trabalho. A criação do Ginásio Estadual de Palmeira, com seus cursos técnicos, buscava, exatamente, enquadrar-se nessa necessidade nacional, de formar um novo trabalhador, embora para um novo trabalho alienado.

Conclusão

Percebemos, em nossa pesquisa, que a criação do Ginásio de Palmeira e, posteriormente, dos cursos técnicos, ocorreu não para o engrandecimento do povo local, mas sim para oportunizar o desenvolvimento econômico da região e o aumento do capital de alguns. Palmeira precisava industrializar-se e acompanhar as alterações que se verificavam no restante da sociedade brasileira. O trabalho, que antes prescindia, na região, de ética e das primeiras letras, torna-se mais complexo e específico, exigindo uma formação profissional e técnica, muito embora seja primoroso reforçar que a imensa totalidade da população dessa municipalidade não tenha auferido os meios necessários para instruir-se minimamente e pleitear os novos postos de trabalho. O que temos, então, é um aprofundamento das desigualdades de classe: a miséria de muitos, o engrandecimento de poucos e a sobrevivência de alguns.

REFERÊNCIAS

- FRANCO, L. A. C; SAUERBRONN, S. **Breve histórico da formação profissional no Brasil**. São Paulo: CENAFOR, 1984.
- IANNI, O.; FERNANDES, F. **Marx sociologia**. São Paulo: Ática, 1982.
- MARX, K.; ENGLES, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do Capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- NASCIMENTO, M. N. M. **História, trabalho e educação: relações de produção e qualificação na força de trabalho na agroindústria canavieira**. Campinas, SP: [s.n.], 2009.
- NASCIMENTO, M. I. M. **A primeira escola de professores dos Campos Gerais – PR**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008.
- PAULA, D. F. **A união do ensino com o trabalho produtivo: a educação em Marx e Engels**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: s.n., 2007.
- PONCE, A. **Educação e luta de classes**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2007.